

Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques

Presidente

Pe. José Élio Correia de Freitas

Diretor

Equipe Técnica

José Roberto Matos Cabral

Francisco Antônio Ferreira de Almeida

Francisco Silvino da Silva

Abelardo Coelho da Silva

Kelanny Oliveira de Moraes

Geovani de Oliveira Tavares

Equipe de Apoio

José Enildo Moreira Costa

Sônia Maria de Freitas Alves

Luiz Magalhães de Oliveira

Estagiários

Keline de Freitas Costa

Tereza Cristina Lima Barbosa

Maria de Lourdes Vieira Ferreira

Dados da Entidade

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH

CNPJ: 00.276.802/0001-29

Endereço: Rua Sobral S/N – Subsolo da Catedral – Centro – 60030-030 – Fortaleza- CE

Histórico

O CDPDH nasceu em Maio de 1982, por decisão pastoral da Arquidiocese de Fortaleza e o apoio decisivo de D. Aloísio Lorscheider, Arcebispo Metropolitano na época. A decisão de se criar o CDPDH insere-se no contexto de trabalho das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, junto à população de sem-teto de Fortaleza e região metropolitana. O movimento popular encontrava-se em plena efervescência e havia muitas ocupações de terrenos ociosos, públicos e privados, na cidade, bem como ocupações de terra no campo. Nesse período as CEB's refletiram a necessidade de haver um apoio jurídico à população de sem teto e sem terra, que resistia no seu direito de ter moradia e terra para plantar e viver, bem como às pessoas que sofriam violações nos seus direitos individuais, inclusive no direito de liberdade de expressão. O CDPDH atuou também na defesa do direito à terra das populações pobres das regiões da serra, praia e sertão.

Assim sendo, organizou-se o CDPDH inicialmente com uma temática mais forte: Terra e Moradia, mesmo assim o Centro atendeu as pessoas que procuravam por diversas questões trabalhistas, prisão ilegal, ex-presidiários, etc...

Em 1992, o CDPDH incluiu dentro da sua linha de trabalho, a temática Justiça e Segurança que teve como ponto forte o Banco de Dados de Homicídios, em parceria com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos (ao qual o Centro é filiado), consistindo na coleta de dados sobre a violência contra a vida – homicídios dolosos.

Em 1994, com a separação do CDPDH da Cáritas Arquidiocesana, que lhe emprestava a sua pessoa jurídica, a Pastoral Indigenista inseriu-se no estatuto do CDPDH. Hoje, o público indígena é um dos beneficiários do Centro.

Em 1997, quando completou 15 anos de existência, o CDPDH contabilizou mais de 500 ações jurídicas em favor das comunidades populares. Hoje, chegando aos seus 22 anos, contabiliza que cerca de 48 mil famílias tiveram acesso a uma moradia digna graças à intervenção e apoio do CDPDH.

Em 2002, nos seus 20 anos de existência, o CDPDH contabilizou os seguintes números: 600 ações judiciais; 48 mil casas para as famílias sem-teto, 40 desapropriações de terrenos ocupados, 10 concessões de terras públicas e 10 áreas de assentamentos. Todo esse resultado provém do trabalho de assessoria do Centro visando à organização comunitária da população excluída para a efetivação de seus direitos.

Finalidades Estatutárias

I – Defender e promover a Ética, a Justiça, a Paz e a Cidadania conscientizando preferencialmente o pobre, o excluído dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;

II – Ser presença solidária junto aos Povos Indígenas, visando à preservação do seu direito a terra, a viver dignamente e despertar a sociedade para a identidade indígena afastando o preconceito e a discriminação;

III – Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-la para as presentes e futuras gerações;

IV – Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos e injustiçados, atendendo aos problemas de Terra e Moradia em colaboração com outras instituições;

V – Assessorar organizações comunitárias apoiando-as na construção de uma Sociedade Justa e Fraterna;

VI – Fomentar junto à Sociedade Civil Organizada proteção e amparo aos direitos e deveres às crianças e aos adolescentes carentes.

Apresentação

Este relatório relata as atividades do CDPDH, no ano 2006, tanto dentro dos projetos como da articulação na sociedade e das ações internas institucionais em que se expõem à capacitação da equipe, reuniões com diretoria/conselho fiscal e, sobretudo ações de planejamentos e avaliações.

O relato se divide em 5 pontos:

1. Projeto Protagonismo Indígena.

2. Projeto Habitabilidade Urbana.
3. Projeto Assessoria às Áreas de Risco de Fortaleza.
4. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.
5. Ações Institucionais.

Todas essas ações convergem ao reforço do compromisso de nossa missão que é de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

1. Projeto Protagonismo Indígena.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro	Reunião junto ao povo Pitaguary e Jenipapo Kanindé	Apresentação da Equipe	Percepção da necessidade de uma maior aproximação da equipe técnica do CDPDH e dos povos para a busca da união de todos visando a demarcação de terras.

	Visita a FUNAI em Brasília	Articulação política a favor das terras indígenas no Ceará.	Fomos informados sobre a morosidade na demarcação das terras dos povos do Ceará
Fevereiro	Audiência povo Pitaguary	Pedido de reintegração de posse de autoria de um posseiro.	Negada liminar de reintegração.
	Visita ao antropólogo do Ministério Público.	Consulta sobre os procedimentos administrativos referentes às etnias assessoradas pelo CDPDH.	Envio da listagem dos procedimentos ao CDPDH.
	Visita ao povo Pitaguary	Solicitar assinatura numa procuração.	Assinatura da procuração.
	Reunião povo Jenipapo Kanindé	Repasse da visita a FUNAI e órgãos públicos em Brasília.	Denúncia pelos índios na Procuradoria da República sobre a poluição na Lagoa Encantada.
	Reunião do Grupo Multi-Institucional para a defesa das terras indígenas.	Leitura do Documento Base acerca das rotinas de trabalho do grupo.	Algumas correções foram feitas no documento.
Março	Audiência de conciliação povo Jenipapo Kanindé	Acompanhamento no processo de crime de ameaça contra um posseiro na região.	Não houve conciliação.

	<p>Visita a Polícia Federal – povo Jenipapo Kanindé</p> <p>Reunião povo Jenipapo Kanindé na Procuradoria da República.</p> <p>Atendimento jurídico povo Pitaguary</p> <p>Reunião com o povo Tapeba</p>	<p>Acompanhamento sobre inquérito policial sobre alguns crimes de ameaça.</p> <p>Denúncia de questões referentes à terra e degradação ambiental na área.</p> <p>Questões previdenciárias.</p> <p>Apresentação da nova equipe do CDPDH.</p>	<p>Discussão sobre o inquérito policial No. 13422000.</p> <p>Proposta de ação civil pública contra a Ypióca.</p> <p>Envio de ofício a FUNAI.</p> <p>Conhecimento de novas forças políticas.</p>
	<p>Denúncia ao Ministério Público Federal – povo Pitaguary</p> <p>Reunião com povo Tapeba</p>	<p>Debate sobre a realização de festas por posseiros na aldeia central e a possibilidade de conflito armado.</p> <p>Mover uma ação cautelar para autorização de funcionamento da Rádio Comunitária da Associação dos Moradores e Comunicadores de Capuan.</p>	<p>A procuradoria resolveu o problema e arquivou o procedimento.</p> <p>Como a liminar foi negada, novos documentos foram enviados ao Ministério das Comunicações.</p>

<p>Abril</p>	<p>Visita ao povo Jenipapo Kanindé</p> <p>Visita ao povo Jenipapo Kanindé</p> <p>Visita ao povo Pitaguary</p>	<p>Articulação do Seminário - Oficina de Formação Jurídica I</p> <p>Participação no I Seminário das Mulheres Indígenas do Estado do Ceará.</p> <p>Participação no Evento em comemoração ao Dia do índio.</p>	<p>Foi definida a data para a realização da Oficina.</p>
<p>Mai</p>	<p>Oficina de Formação Jurídica I – povos Pitaguary, Jenipapo Kanindé e Tapeba.</p> <p>Audiência Pública no Ministério Federal – povo Tapeba</p> <p>Visita ao povo Tapeba</p>	<p>Exposição sobre a atuação das instituições e CDPDH na questão jurídica junto aos povos Pitaguary, Jenipapo Kanindé e Tapeba.</p> <p>Denúncia sobre a construção de uma cerca por um posseiro impedindo o acesso ao açude para consumo de água potável pelos índios</p> <p>Acompanhamento da execução e fixação do</p>	<p>O posseiro foi alertado a não impedir o acesso dos índios.</p> <p>O portão foi fixado com a presença do antropólogo da Procuradoria.</p>

	Reunião do Grupo Multi-Institucional para a defesa das Terras Indígenas	portão para garantir o acesso a água. Discussão sobre a extração de areia da área Pitaguary pelos próprios índios.	As lideranças se propuseram a pensar em projetos de sustentação e geração de renda para a comunidade.
Junho	<p>Visita ao povo Pitaguary</p> <p>Oficina de Formação Jurídica II – povos Pitaguary, Jenipapo Kanindé e Tapeba.</p> <p>Reunião Equipe Indigenista</p> <p>Visita ao povo Pitaguary – Monguba</p> <p>Visita ao povo Tapeba</p>	<p>Denúncia a Polícia Federal sobre o crime de morte de um índio.</p> <p>Explicação e estudo sobre o Decreto 1775 que dispõe sobre procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.</p> <p>Avaliação das ações e atividades realizadas pelo CDPDH.</p> <p>Orientar os índios e encaminhar denúncia à procuradoria.</p> <p>Contato com as lideranças para articulação.</p>	<p>O CDPDH denunciou o crime e requereu as apurações.</p> <p>Planejamento 2º Semestre.</p> <p>Representação contra o agressor afim de parar com a retirada da areia.</p> <p>Retomada do contato com o grupo do Trilho.</p>

Agosto	Visita ao povo Tapeba – Lagoa I	Esclarecimento a posseiro sobre a ilegalidade de construções em áreas demarcadas e exploração de risco sem licença ambiental.	Acordo entre o posseiro e os índios – ninguém construiria na área até o término da ação judicial.
	Visita a 5ª Vara da Justiça Federal	Consulta sobre autos do processado ingressado pelo Português	Não foi possível verificar o teor do despacho do juiz, o processo estava sendo analisado. Audiência remarçada.
	Visita ao povo Pitaguary – Santo Antônio	Discussão sobre uma proposta de implantação de um projeto de formação profissional.	Possibilidade de implementar um projeto de artesanato.
	Visita a Procuradoria da República	Verificação do andamento dos procedimentos mais recentes que o CDPDH provocou.	O procurador incentivou o ingresso judicial dos índios diretamente pelo CDPDH.
	Visita ao povo Pitaguary – Monguba	Encaminhar a manhã de formação na área.	Foi marcada uma reunião com as lideranças das outras 2 aldeias.
	Visita ao povo Pitaguary – Monguba	Verificar a produção do artesanato e degradação ambiental na área.	O tema escolhido para a manhã de formação foi sobre a degradação ambiental.
	Visita a Justiça Federal	Verificação do andamento dos processos contra os posseiros da etnia	Consulta aos autos processuais.

Setembro	Visita ao Fórum e a Delegacia Metropolitana de Caucaia.	Tapeba e Pitaguary. Verificação de processos e inquéritos de homicídios contra os índios Tapeba.	Consulta aos autos processuais.
	Visita ao povo Jenipapo Kanindé	Encaminhar a manhã de na área.	Foi marcada a data para a manhã de formação.
	Visita a Justiça Federal	Entrada nas petições de índios Pitaguary que não receberam salário maternidade em virtude do indeferimento do pedido do INSS.	Pedido indeferido e encaminhamento de uma solução coletiva para o problema.
	Visita ao Fórum de Caucaia e ao povo Tapeba	Verificação do andamento processual e assinatura do estatuto revisado dos Moradores e Comunicadores de Capuan para ser encaminhado ao Ministério das Comunicações.	Encaminhamento do estatuto revisado para o Ministério das Comunicações.
	Visita a Justiça Federal	Qualificar o acompanhamento dos processos	Cópias dos processos arquivadas no Centro de Defesa
	Reunião com o povo Pitaguary	Preparar manhã de formação.	Elaboração do conteúdo a ser abordado.

Outubro	Reunião com o povo Pitaguary	Discussão sobre a possibilidade de criação de uma TV Indigenista e o novo trienal para a Misereor.	Não houve mobilização.
	Manhã de Formação na aldeia Pitaguary	Oficina sobre Segurança Pública e Devastação Ambiental em áreas indígenas.	As lideranças conversaram sobre os problemas de organização deslocando o foco do encontro.
	Visita ao povo Tapeba – Trilho	Reaproximar o CDPDH as demais áreas indígenas e articular a manhã de formação na área.	Foi marcada a data para a manhã de formação.
	Visita à Delegacia Metropolitana de Caucaia	Verificar a legalidade da prisão em flagrante de um índio Tapeba	O CDPDH não teve acesso aos autos dos inquéritos.
	Reunião do Grupo Multi-Institucional para a defesa das terras indígenas.	Denúncia da extração de areia na área Pitaguary e os problemas de segurança pública	Marcar uma reunião com as polícias civil e militar e a Secretaria de Segurança Pública.

Outubro	Reunião na Procuradoria da República	Acompanhamento dos Pitaguary para protocolo de denúncias e apuração de irregularidades cometidas pela FUNAI.	Não foi possível efetivar a denúncia pq o departamento estava fechado.
	Audiência do povo Jenipapo Kanindé na Justiça Federal.	O CDPDH advogou para cacique sobre a reintegração de posse contra a comunidade.	Foram ouvidas as testemunhas.
	Manhã de formação na aldeia Jenipapo Kanindé.	Oficina sobre segurança pública dentro da área e a questão ambiental.	Não houve mobilização, entretando foi conversado com os poucos participantes sobre os temas.
	Audiência na Justiça Federal povo Tapeba	Assessorar o povo Tapeba na audiência sobre o posseiro português na Lagoa II.	O juiz provocou o acordo sobre o acesso dos índios à Lagoa Menor.
	Visita a FUNAI	Recolhimento de assinatura do presidente da associação dos índios Tapeba.	Procuração assinada.
	Visita ao povo Tapeba	Preparação da manhã de formação na área	Foram marcados data e temas para serem abordados.
	Reunião Equipe Indigenista	Discussão sobre o Trienal	Confecção do relatório anual

Novembro	Audiência no Ministério Público de Pacatuba - povo Pitaguary	Esclarecimento da questão indígena para a promotora de justiça.	Ficou entendido que não caberia aos índios o dever de indenizar a posseira da área retomada
	Manhã de formação povo Tapeba	Oficina sobre segurança pública, danos ambientais e competência dos órgãos que trabalham com a questão indígena.	Repasse de uma tabela de processos atualizada da etnia Tapeba.
	Assembléia dos Povos Indígenas do Ceará	Análise de conjuntura e avaliação das assembléias realizadas.	
	Visita ao povo Jenipapo Kanindé	Entrega de convites para o seminário de avaliação	Avaliação do CDPDH pelos 3 povos. Os procuradores aconselharam a etnia a não fazer mais retomadas. Foi marcada uma audiência na Câmara
	Visita ao povo Pitaguary	Entrega de convites para o seminário de avaliação	
	Visita ao povo Tapeba	Entrega de convites para o seminário de avaliação	
	Oficina de avaliação e confraternização – povos Tapeba, Pitaguary e Jenipapo Kanindé.	Análise de conjuntura e exposição das atividades de 2006.	
	Reunião com o Grupo Multi-Institucional	Discutir a retomada de terras em Munguba – povo Pitaguary	
	Caminhada em Caucaia com os Tapebas	Manifestação contra a	

Dezembro	Audiência pública na Câmara dos Vereadores de Caucaia	<p>mudança de nome da Rua Vítor Tapeba.</p> <p>Discutir a mudança de nome da Rua Vítor Tapeba para Rua José Maques.</p>	<p>dos Vereadores.</p> <p>Não houve acordo na audiência.</p>
	Reunião com o povo Jenipapo Kanindé.3	Prestação de contas da Associação à comunidade	O CDPDH ajuizará a ação de indenização pelo tempo que a Ypióca retirou água da lagoa.
	Visita a Procuradoria da República	Protocolar representação contra o INSS	Aguardar o resultado do procedimento.
	Seminário de avaliação com os 3 povos Tapeba, Pitaguary e Jenipapo Kanindé	Análise de conjuntura dos índios do nordeste e avaliação das ações do CDPDH.	Os índios apontaram as ações em que o CDPDH não esteve presente.

2. Projeto Habitabilidade Urbana.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro	Reuniões de planejamento das atividades para 2006. Reuniões nas comunidades para apresentação das atividades do projeto Habitabilidade Urbana.	Elaborar agenda para o desenvolvimento das atividades institucionais e dos projetos em 2006. Apresentar o projeto para as comunidades e definir atividades complementares.	Agenda institucional e dos projetos definida. Comunidades cientes das ações previstas para 2006.
Fevereiro a março	Curso sobre Regularização Fundiária: Em 5 assentamentos (Zeza, Vila Verde, Pindorama, Nova Vida e Fortaleza Sul), foram realizadas 18 oficinas sobre Regularização Fundiária, com participação média de 30 pessoas, sendo 70% mulheres e 30% homens.	Assessorar as famílias com vistas à mobilização dos assentamentos para a conquista da efetivação da Regularização Fundiária de suas moradias, visando o acesso ao título de propriedade e aos equipamentos de infra-estrutura necessários para o ordenamento urbano.	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciada uma mobilização das famílias dos assentamentos para organizar ações de pressão do governo do estado para que os assentamentos fossem incluídos no programa de Regularização Fundiária. • Inclusão dos assentamentos do planejamento de Regularização Fundiária do Governo do Estado, através do cadastramento realizado pelos técnicos da SDLR - Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional em maio de 2006.

<p>Abril</p>	<p>Oficina sobre Elementos Jurídicos para a legalização de entidades comunitárias. Em 5 assentamentos (Zeza, Vila Verde, Pindorama, Nova Vida e Fortaleza Sul), foram realizadas 18 oficinas sobre Elementos Jurídicos para a Organização de Entidades Comunitárias, com participação média de 15 a 20 pessoas, sendo 70% mulheres e 30% homens.</p>	<p>Potencializar as lideranças dos assentamentos para a criação e legalização de suas organizações.</p>	<p>As lideranças dos seis assentamentos iniciaram um processo de unificação de sua organização comunitária, começando por produzir em conjunto um Documento Reivindicatório contendo suas necessidades, começando pelos Títulos de Propriedade de suas casas, que foi encaminhado para o Governo do Estado;</p>
<p>Maio a junho</p>	<p>Curso de capacitação em massa sobre Estratégias de Organização Reivindicatórias e práticas de Mobilização social. Realizadas seis oficinas para reconhecimento dos tipos de assentamentos existentes na área, o que estava projetado em termos de equipamentos sociais, responsabilidades por comunidades e secretarias regionais da prefeitura de Fortaleza, os procedimentos de repasse dessas áreas, hoje sob a responsabilidade do Governo do Estado, para a responsabilidade da prefeitura municipal. Houve uma oficina para o estudo das plantas de loteamento (planta baixa e planta de situação) dos assentamentos. Foi feita a distribuição das plantas para cada comunidade. Uma oficina com análise do documento reivindicatório produzido pelas lideranças, definindo duas prioridades</p>	<p>Oferecer assessoria organizacional às famílias para que possam reivindicar dos poderes públicos a construção de equipamentos de saúde, educação, transporte, segurança pública e a implementação de programas e projetos de geração de emprego e renda, lazer e cultura, gerando condições para a efetivação de uma situação plena de habitabilidade.</p>	<p>Duas lideranças, por assentamento, preparadas para reivindicar, negociar com a prefeitura a solução do problema da urbanização e revitalização das áreas públicas dos assentamentos. Duas lideranças por assentamento e moradores cientes do direito de serem inscritos nos programas de baixa renda que garantem o custo mínimo das tarifas de água, luz e esgoto. Moradores sendo beneficiados com um recadastramento na CAGECE e COELCE, para a inclusão no rebaixamento dos custos do consumo de água, luz, iluminação pública e o direito de revisão desses consumos e arrolamento das dívidas ou devolução. Reconhecimento das lideranças da importância de se ter uma entidade maior que articule e unifique as entidades menores de cada assentamento, a partir dos problemas gerais ou comuns entre</p>

	<p>principais: o problema do alto valor cobrado pelas tarifas de água, esgoto e energia elétrica.</p> <p>Preparação de um grupo 10 lideranças representando todos os assentamentos para planejar e organizar uma audiência pública na Câmara de Vereadores.</p> <p>Foram realizadas ainda 6 oficinas, com lideranças dos assentamentos, discutindo os desdobramentos e procedimentos da Câmara municipal, COELCE e CAGECE.</p>		<p>odos.</p> <p>Criação de uma frente parlamentar de vereadores da Câmara Municipal, para acompanhar e fiscalizar as ações definidas com COELCE, CAGECE e comunidades, durante a Audiência Pública na Câmara.</p> <p>Os efeitos multiplicadores desta ação em outras áreas de cidade, em parceria com a imprensa.</p>
<p>Junho a agosto</p>	<p>Pesquisa Situação Socioeconômica e de Segurança pública nos Assentamentos do complexo Tancredo Neves /Jardim das Oliveiras.</p>	<p>Obter um diagnóstico da situação sócio-econômica e de segurança pública no complexo Tancredo Neves, para fundamentar o planejamento das ações do CDPDH e organização comunitária das áreas acompanhadas dentro do projeto Habitabilidade Urbana.</p>	<p>Mobilização das lideranças dos assentamentos para dar apoio durante a aplicação dos questionários da pesquisa.</p> <p>A divulgação dos resultados da pesquisa na imprensa local, provocando a manifestação pública dos responsáveis pela segurança pública no estado.</p> <p>Mobilização das lideranças e famílias dos 6 assentamentos para participar dos cursos sobre a formação de Conselhos Comunitários de Segurança, promovidos pela Polícia Militar.</p> <p>Intensificação do debate sobre Violência e Segurança Pública nas áreas dos assentamentos, envolvendo moradores e autoridades de Segurança Pública.</p> <p>Participação dos moradores dos assentamentos no Movimento Pela Paz do Tancredo Neves, promovido pela</p>

			comunidade católica local.
Agosto a outubro	<p>Oficinas de Relações Humanas compreendendo os seguintes temas: <i>Grupo Social, Conflitos Sociais, Liderança e Gênero</i> para 12 lideranças dos assentamentos da Rogaciano Leite, Pindorama, Vila Verde e Nova Vida.</p> <p>Foram utilizadas oficinas pedagógicas que consistem na construção participativa de seu diagnóstico sobre o tema, seguida de uma teorização e, conseqüentemente, de uma reflexão das possibilidades de transformação da realidade.</p>	<p>Oferecer assessoria organizacional às famílias para que possam reivindicar dos poderes públicos a construção de equipamentos de saúde, educação, transporte, segurança pública e a implementação de programas e projetos de geração de emprego e renda, lazer e cultura, gerando condições para a efetivação de uma situação plena de habitabilidade.</p>	<p>De acordo com a avaliação realizada dentro dos grupos, podemos observar como resultados qualitativos a curto prazo, as seguintes mudanças e percepções relatadas pelas lideranças:</p> <p>“As oficinas foram realizadas dentro da realidade de nossas comunidades. Me identifiquei com os temas que ajudaram a me conhecer melhor, a observar e ter mais calma e paciência em ouvir os outros porque geralmente eu jogo minhas idéias e não tenho a paciência de ouvir a idéia dos outros. A gente falta ainda se trabalhar mais como pessoas e lideranças. Tenho vários exemplos disso. Tenho que me avaliar como me relaciono com o outro, ouvir o outro, saber ouvir e perceber a igualdade que há entre homem e mulher dentro da organização comunitária. Já vejo nas reuniões que para se ter uma negociação, é preciso trabalhar de uma forma que os dois saiam ganhando.</p> <p>Houve simplicidade nas palavras do facilitador mesmo que houvesse palavra diferente, houve explicação, com calma, com tranquilidade. A forma do curso foi calma. O público foi dividido por áreas. O horário e as datas foram definidos por nós, houve essa liberdade de decisão.”</p>

Novembro	Reuniões para avaliação e planejamento das ações para 2007.	Avaliar as atividades de 2006 e planejar as atividades para 2007.	Os resultados alcançados em 2006 foram considerados satisfatórios, mas segundo as lideranças, é necessário um maior investimento em ações na organização comunitária, que ainda apresenta dificuldades. Foi feito um planejamento de ações voltadas mais para capacitação das organizações no campo da gestão das entidades.
-----------------	---	---	---

3. Projeto Assessoria às Áreas de Risco.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
2º. semestre	<p>Capacitação de 42 lideranças comunitárias sobre os princípios constitucionais das garantias dos direitos sociais, as garantias individuais e coletivas e o SUAS - Sistema Único de Assistência Social.</p> <p>Para essa atividade foram realizadas as seguintes sub-atividades preparatórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Reuniões da equipe para a definição da infra-estrutura, construção do conteúdo curricular, metodologia; ✚ Visitas às comunidades das áreas de risco da SER III, com o intuito de dar visibilidade, às lideranças comunitárias, da reunião de apresentação das ações deste projeto. 	<p>⇒ Prestar assistência social às lideranças no tocante aos seus direitos básicos de proteção social;</p> <p>⇒ Oferecer assessoria organizacional às famílias para que possam reivindicar e propor políticas públicas inter-setoriais.</p> <p>⇒ Formar essas lideranças como agentes multiplicadores com ou no propósito de aglutinar conhecimentos para</p>	<p>Resultados das sub-atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Definida uma grade curricular a ser discutida com as lideranças na reunião de apresentação do projeto. Definidos: ✚ Definição do espaço para a capacitação, que foi o próprio escritório do CDPDH; ✚ Elaborado todo o material informativo a ser utilizado na capacitação, ✚ Definida a metodologia da capacitação, englobando aulas expositivas, oficinas, debates avaliativos, favorecendo a troca de experiências, utilizando-se recursos técnico para as

	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Reunião com as lideranças das áreas de risco para a apresentação das ações deste projeto. <p>TEMAS ABORDADOS: Nas oficinas do Curso de Capacitação foram apresentados e debatidos os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Auto-estima e Relações Humanas na comunidade; ✚ <i>SUAS</i> – Sistema Único de Assistência Social, como deve funcionar e que benefícios devem trazer para as comunidades em situação de risco social; ✚ Princípios constitucionais das garantias dos direitos sociais, as garantias individuais e coletivas; 	<p>a mudança de vida com a transferência das habitações precárias em áreas de risco para moradias padronizadas.</p>	<p>exposições.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Todas as comunidades de áreas de risco visitadas enviaram representantes. <p>Resultados/impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Média de 20 a 35 pessoas (30% homens e 70% mulheres) demonstrando domínio sobre: ✚ Direitos e deveres para processamento de suas reivindicações; ✚ Conhecimento básico sobre a estrutura e funcionamento da Secretaria Regional III, que ainda era desconhecida da maioria dos participantes da capacitação; ✚ Conhecimento sobre a importância da implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social para a efetivação de instrumentos de proteção e assistência social; ✚ Uma melhor e maior organização e mobilização dos moradores das áreas de risco; ✚ Início de processo de organização comunitária nas áreas que ainda se apresentavam desorganizadas; ✚ Iniciação da prática multiplicadora no repasse dos
--	---	---	---

			<p>conhecimentos obtidos para os moradores;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Percebeu-se uma valorização das aulas de capacitação para a manifestação de reivindicações e dificuldades das lideranças com ao atendimento de serviços públicos municipais, principalmente na área da saúde. Nas aulas saíram até alguns encaminhamentos de ações reivindicatórias.
--	--	--	--

4. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º. Semestre: Janeiro a Julho	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Reuniões com técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR e coordenação da Secretaria de Infra-estrutura – SEINFRA para discutir o projeto de Regularização Fundiária do Governo do Estado, no período de janeiro a junho. ✚ Reuniões com técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR e técnicos da CAGECE para discutir as responsabilidades da infra-estrutura 	Articular setores governamentais para a resolução dos problemas dos assentamentos acompanhados pelo projeto habitabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Inclusão dos Assentamentos do Complexo Tancredo Neve no programa de Regularização Fundiária do Governo do Estado; ✚ Esclarecimento de responsabilidade da infra-estrutura nos Assentamentos do grande Jardim das Oliveiras, firmado entre SDLR e CAGECE. ✚ Acesso às informações sobre o planejamento dos projetos e programas de habitabilidade previstos para os assentamentos do grande Jardim das Oliveiras.
2º. Semestre:	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Palestra e entrevista na Prefeitura Municipal de Fortaleza sobre o Plano Diretor Participativo. 	Articular setores governamentais para a agilização das ações de	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Acesso às informações estratégicas, pedagógicas e políticas do processo de

<p>Agosto a novembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Reunião – Plano Diretor Participativo. ✚ Reunião na HABITAFOR para discutir os Programas habitacionais da PHIS – Política Habitacional de Interesse Social. ✚ Seminário Habitação Popular para discutir as ações municipais a partir da PHIS – Política Habitacional de Interesse Social. ✚ Audiência CMF – Câmara Municipal de Fortaleza para debater os problemas dos moradores dos assentamentos do grande Jardim das Oliveiras com os altos valores das contas de água e luz. ✚ Reunião na CMF + Comissão do Complexo T. Neves sobre encaminhamentos da audiência pública. ✚ Reuniões com representantes da CAGECE e COELCE, comissão de lideranças do complexo T. Neves e frente parlamentar da Câmara para programar o atendimento dos assentamentos do complexo Tancredo Neves. ✚ Reunião da frente parlamentar com as lideranças dos assentamentos para avaliar os resultados das demandas reivindicadas a partir da audiência 	<p>habitabilidade nos assentamentos do projeto.</p>	<p>elaboração do Plano Diretor de Fortaleza, destacando a responsabilidade das comunidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✚ Acesso às informações sobre os projetos da HABITAFOR para construção de casas para famílias de áreas de risco e ações de habitabilidade para as áreas dos assentamentos do grande Jardim das Oliveiras. ✚ Os moradores e lideranças dos assentamentos conquistaram, na Câmara municipal, espaço para denúncia e discussão das ações, procedimentos e encaminhamentos de suas problemáticas. ✚ Formação da Comissão parlamentar para fiscalização e acompanhamento das lideranças junto aos órgãos COELCE e CAGECE, na resolução dos seus problemas com os altos valores das contas de água, esgoto e energia elétrica. ✚ Deliberações das direções da CAGECE e COELCE nas formas de atendimento das reivindicações solicitadas pelas lideranças dos assentamentos do Grande Jardim das Oliveiras, com definição de programação e
---------------------------------	--	---	---

	pública na câmara municipal.		<p>agenda de trabalho nos assentamentos.</p> <p>✚ Foi avaliado que a CAGECE e a COELCE estão cumprindo com as suas responsabilidades, sendo observada a necessidade de melhor e maior organização das lideranças dos assentamentos para fortalecer sua unidade e articulação interna.</p>
--	------------------------------	--	---

5. Ações Institucionais

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a março	Atualização do Regimento Interno	Atualizar o regimento interno para favorecer um melhor monitoramento das ações administrativas.	Gestão interna com instrumento normativo propiciando o monitoramento das ações administrativas.
Fevereiro	Aquisição de um software de gerenciamento financeiro interno dos projetos	Tornar mais eficaz o gerenciamento administrativo e financeiro do CDPDH.	Gerenciamento mais eficaz, transparência do controle contábil de receitas e despesas, impressos mensalmente os balancetes, maior otimização dos recursos financeiros dos projetos.
Março	Capacitação em Gestão Administrativa e Financeira para o Terceiro Setor	Potencializar a equipe de gestão administrativa e financeira para um a boa gestão do CDPDH.	Maior tecnicidade para o trato administrativo e financeiro da entidade, maior responsabilidade nas tomadas de decisão administrativa, administração

			mais transparente.
Abril	Aquisição de novos móveis e equipamentos	Fortalecer a infraestrutura do CDPDH.	Melhor arquivamento da documentação interna, melhoria na organização física interna, espaço interno mais funcional.
Mai	Reunião Institucional semanal (grupo estratégico) e trimestral (diretoria)	Favorecer um melhor monitoramento da gestão administrativa do CDPDH.	Maior socialização e democratização das decisões políticas e gestonárias, maior aproximação da diretoria das ações do Centro, monitoramento melhorado das atividades da entidade.
abril a agosto	Criação e organização da biblioteca	Organizar o sistema de arquivo do CDPDH.	Acervo organizado, pesquisas mais intensificadas, software instalado e alimentado com as informações da bibliografia, espaço de produção de comunicação equipado, maior procura de informações por alunos do ensino médio e das universidades como também, de outras ONG's.
Julho	Criação e efetivação do site da entidade na Internet.	Divulgar na Internet as ações e o trabalho realizado pelo CDPDH.	Socialização e visibilidade da entidade na rede de computadores, maior transparência das ações da entidade através de relatórios e balanços contábeis, divulgação dos resultados das ações, maior aproximação dos cidadãos com a entidade através do fale conosco, comunicação externa mais instrumentalizada.
Agosto a novembro	Captação de recursos	Desenvolver estratégias de captação de recursos que favoreçam a auto-sustentabilidade da entidade.	Contatos com âncoras e doadores para as ações do CDPDH visando reforçar o fundo institucional, doadores financeiros e de materiais ajudaram a entidade.